



PARECER PRÉVIO Nº 40/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11018/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Careiro.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Nathan Macena de Souza (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogados:** Regina Rolo Rodrigues – OAB/AM 12122, Bruna Vasconcellos Ribeiro – OAB/AM 12800, Adriane Larusha de Oliveira Alves – OAB/AM 10860 e Isaac Luiz Miranda Almas - OAB/AM 12199.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP E DICREA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2904/2022-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Careiro. Exercício de 2018.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das contas da Prefeitura do **Município de Careiro**, relativas ao **exercício de 2018**, de responsabilidade do Prefeito **Nathan Macena de Souza**, conforme fundamentado no Relatório e Voto, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e do art. 40, inciso I, e art. 127, cabeça e parágrafos segundo e quarto, da Constituição do Estado do Amazonas.

- 11- **Ata:** 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 12 de julho de 2022.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
- 14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃO

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 40/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro-Presidente, em sessão

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA

Conselheiro Relator

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO

Conselheiro

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por JOSUE CLAUDIO DE SOUZA NETO em 02/08/2022.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 1BCC3410-E13B6755-8173F73C-FFABFFAD



ACÓRDÃO Nº 40/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 40/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11018/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Careiro.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Nathan Macena de Souza (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogados:** Regina Rolo Rodrigues – OAB/AM 12122, Bruna Vasconcellos Ribeiro – OAB/AM 12800, Adriane Larusha de Oliveira Alves -OAB/AM 10860 e Isaac Luiz Miranda Almas - OAB/AM 12199.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP E DICREA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2904/2022-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Careiro. Exercício de 2018.

Encaminhamento. Determinação. Recomendação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Encaminhar**, após a sua devida publicação, o Parecer Prévio, acompanhado do Voto e de cópia integral deste Processo à Câmara Municipal de Careiro, para que ela, exercendo a competência que lhe é fixada pelo art. 127 e parágrafos, da Constituição do Estado do Amazonas, realize o julgamento das referidas contas, observando, sobretudo, o seguinte (parágrafos quinto, sexto e sétimo do art. 127, da Constituição do Estado):

O julgamento das Contas da Prefeitura Municipal pela Câmara de Vereadores se dará no prazo de sessenta dias, após a publicação no Diário Oficial do Estado do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou, estando a Câmara em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte.



ACÓRDÃO Nº 40/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 40/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara Municipal, as contas juntamente com o parecer do Tribunal serão incluídos na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a votação.

O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

- 10.2. Determinar** à Secretaria de Controle Externo que, examinando as impropriedades consideradas não sanadas e classificadas como atos de gestão pela DICAMI, DICOP, DICREA e pelo d. Ministério Público de Contas, em atenção à competência prevista no art. 73-A, da Lei Complementar nº 101/2000, adote as providências cabíveis à autuação de processo apartado, para devida apuração, neste Tribunal de Contas.
- 10.3. Recomendar** ao atual gestor da Prefeitura Municipal de Careiro que observe com maior rigor o limite de gastos com o poder legislativo previsto na Constituição Federal/88.
- 10.4. Dar ciência** ao **Sr. Nathan Macena de Souza**, por meio de seus patronos devidamente constituídos (Procuração às fls. 8662), sobre o decisório prolatado nestes autos.

11- Ata: 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 12 de julho de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa..

14- Representante do Ministério Público: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Presidente, em sessão

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro Relator

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 5

ACÓRDÃO Nº 40/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 40/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por JOSUE CLAUDIO DE SOUZA NETO em 02/08/2022.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 1BCC3410-E13B6755-8173F73C-FFABFFAD